

FCGP

FÓRUM DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

CONTRATAÇÃO DIRETA

ALIENAÇÃO
DISPENSA
INEXIGIBILIDADE

CONTRATOS

CONTROLE INTERNO E EXTERNO

CONVÊNIOS

GESTÃO DE CONTRATOS

LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA
CONCURSO
CONVITE
LEILÃO
PREGÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS

ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESPONSABILIDADE FISCAL

TERCEIRIZAÇÃO

LEI Nº
14.133
2021

Conteúdo
atualizado
com a nova
Lei de Licitações

30
anos

FÓRUM

*Esse material é protegido por direitos autorais sendo vedada a reprodução não autorizada, gratuita ou onerosamente, sob pena de ressarcimento, em caso de infração aos direitos autorais.

É permitido citar os excertos em petições, pareceres e demais trabalhos, desde que seja informada a fonte, garantidos os créditos dos autores dos artigos, do órgão emanador da decisão ou informação e da publicação específica, conforme a licença legal prevista no artigo 46, III da Lei nº 9.610/1998.

FÓRUM DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – FCGP

© 2022 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira

Presidente e Editor

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737

www.editoraforum.com.br

E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil / Distribuído em todo o Território Nacional

- Os acórdãos estampados na íntegra correspondem às cópias obtidas junto aos respectivos tribunais ou se originam de publicações de seus julgados.
- Nossas orientações práticas personalizadas não pretendem adotar uma posição exclusiva de determinado autor. Toda orientação fornecida deve ser tomada como tal, ou seja, fruto de estudos, pesquisas legais, doutrinárias e jurisprudenciais naquele momento, levando-se ainda em conta a exatidão de dados, objeto e elementos fornecidos pelo consulente.

Este periódico está catalogado em:

- RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)
- Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos EUA)

Coordenação editorial:

Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Pesquisa jurídica:

Ézio Lacerda Júnior – OAB/GO 37.488
Ana Paula de Almeida Queiroz – OAB/GO 61.135
Darlan Amorim de Abreu – OAB/GO 47.432

Responsável pela orientação prática personalizada:

Antônio Flávio de Oliveira

Capa: Igor Jamur

Projeto gráfico: Walter Santos

F745 Fórum de Contratação e Gestão Pública : FCGP. - ano 1,
n. 1, (jan. 2002). - Belo Horizonte: Fórum, 2002-

Mensal
ISSN impresso 1676-5826
ISSN digital 1984-4123

1. Direito administrativo. I. Fórum

CDD: 341.3
CDU: 342.9

SUMÁRIO

DOCTRINA

ARTIGOS

O teletrabalho como modalidade concretizadora da eficiência administrativa no ambiente público federal

Arnaldo Rodrigues Bezerra Neto, Vladimir da Rocha França13

Acordo de ajustamento de gestão: estruturação de seu procedimento com base no Modelo das Três Linhas do IIA 2020

Enio Nakamura Oku, Carla Angélica de Mello.....29

Licitações – a nova lei – 15

Ivan Barbosa Rigolin.....51

Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): fluxo regular e possibilidades de revisão dos estudos

Leandro Teodoro Andrade 87

O agente público e os crimes de dispensar/inexigir e frustrar/fraudar o processo licitatório

Márcio Berto Alexandrino de Oliveira.....101

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Ação Cível Originária – Direito Constitucional e Financeiro – Lei de Responsabilidade Fiscal – Operação de crédito – Concessão de garantia pela União – Divergência entre a Secretaria de Tesouro Nacional e o Tribunal de Contas do Estado sobre o prazo de reenquadramento do Estado autor aos limites das despesas com pessoal – Princípio

da boa-fé nas relações interfederativas – Princípio do federalismo de cooperação. Ação Cível Originária nº 3.271/DF

Supremo Tribunal Federal 123

Ação Direta de Inconstitucionalidade – Constitucional e Administrativo – Lei nº 12.509/95 do Estado do Ceará – Tribunal de Contas Estadual – Auditor – Período de substituição – Pagamento proporcional do subsídio de Conselheiro – Vinculação ou equiparação remuneratória – Não verificada – Violação ao modelo federal – Inocorrência. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.951/CE

Supremo Tribunal Federal 141

Ação Cível Originária – Direito Constitucional, Financeiro e Sanitário – Lei de Responsabilidade Fiscal – Convênio – Comprovação de regularidade financeira do Estado no Cadastro Único de Convênios (CAUC) – Exceção do artigo 25, §3º, da LRF, que afasta a suspensão de transferência voluntária de recursos nas hipóteses de ações federativas voltadas à educação, à saúde e à assistência social – Aplicabilidade da exceção no caso concreto, porquanto inserido o convênio no âmbito do sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária, com objeto voltado à tutela da saúde pública. Ação Cível Originária nº 3.459/RN

Supremo Tribunal Federal 151

Agravo em Recurso Especial – Prescrição – Anulação de termo de aditamento de contrato de concessão de exploração de malha rodoviária – Termo inicial – Fim da vigência do contrato administrativo – Controle jurisdicional das decisões do Tribunal de Contas – Possibilidade – Preclusão consumativa – Anulação de aditivo contratual – Desequilíbrio financeiro – Possibilidade. Agravo em Recurso Especial nº 1.783.990/SP

Superior Tribunal de Justiça 159

TCU – Tomada de Contas Especial – Aquisição de medicamentos – Contrato administrativo – Equilíbrio econômico-financeiro – Artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 – Variação cambial – Hipótese que, em regime de câmbio flutuante, não pode ser considerada suficiente para, isoladamente, embasar a necessidade de recomposição

do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste – Necessidade que a variação do câmbio seja imprevisível ou de consequências incalculáveis – Contas julgadas irregulares.

Tomada de Contas Especial nº 037.241/2018-4

Tribunal de Contas da União.....197

CONSULTA

Consulta – Contratos de parcerias público-privadas – Concessão comum, patrocinada e administrativa – Limites quantitativos – Não aplicabilidade do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 – Identificação e referenciação em editais de licitação e minutas contratuais – Impossibilidade, salvo por meio de lei – Alterações contratuais – Necessidade de justificativa. Processo nº 932.529

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.....215

EMENTÁRIO

CONCESSÃO E PERMISSÃO	259
CONTRATAÇÃO DIRETA.....	261
CONTRATO ADMINISTRATIVO	267
CONTROLE INTERNO E EXTERNO	269
DIREITO ORÇAMENTÁRIO	271
LICITAÇÃO	272
PENAL E PROCESSO PENAL.....	278
TERCEIRO SETOR.....	280

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

ORÇAMENTO PÚBLICO	281
PENAL E PROCESSUAL PENAL.....	283
REGIMENTO DE RECUPERAÇÃO FISCAL (RRF).....	284

LEGISLAÇÃO COMENTADA

Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 24)

Antônio Flávio de Oliveira.....287

INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO.....291

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

293

ESTA REVISTA
FAZ PARTE DA
**PLATAFORMA FÓRUM
DE CONHECIMENTO
JURÍDICO®**

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO



E pode ser assinada separadamente
em nossa loja virtual.

ASSINE A REVISTA

loja.editoraforum.com.br | 0800 704 3737